



Número: **0800078-09.2020.8.15.0311**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Princesa Isabel**

Última distribuição : **29/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE LAZARO FERREIRA DOS SANTOS (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
36571933	12/11/2020 10:17	<a href="#">2716408_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 VARA MISTA DA COMARCA DE PRINCESA ISABEL/PB

Processo: 08000780920208150311

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE LAZARO FERREIRA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

#### **DA TOTAL AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E A LESÃO NO PÉ DIREITO**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

**EM ANÁLISE AO BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO APRESENTADO AOS AUTOS, NÃO CONSTA LESÃO NO PÉ DIREITO DECORRENTE DO ACIDENTE MENCIONADO, SENDO CONSTATADA SOMENTE LESÃO NO JOELHO DIREITO DA PARTE AUTORA.**

Cod. Prof: 84	Profissional: JOSÉ BATISTA DA SILVA	Senha: Senha
Pront. - Paciente: 30434 - JOSE LAZARO FERREIRA DOS SANTOS	Idade Pac.: 26 Anos, 2 Meses e 20 Dias.	Pront. Local: RG: 3900589
Data Nasc.: 27/09/1992	Endereço: SÍTIO - SANTA ROSA	Bairro: ZONA RURAL
Município: SÃO JOSÉ DE PRINCESA	Nome da Mãe: ELIETE NOGUEIRA DOS SANTOS	Cartão SUS: 70210071089009
Data e Hora da Recepção: 17/12/2018 18:41	Nº da Ficha: 94409	Nº do Atendimento: 1º Atendimento
Hipertensão: ( ) Sim (X) Não	Diabetes: ( ) Sim (X) Não	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: (X) VERDE
DADOS GERAIS DA CONSULTA MÉDICA		
DADOS DA PRÉ CONSULTA Tipo de Clínica: CLÍNICA MÉDICA		
Profissional da Pré-Consulta: 100 - ROSINES MEDEIROS FREITAS		
P.A.: X mmHg	Peso: Kg	Temperatura: °C
Estatura: cm	Per. Cefálico: cm	Per. Torácico: cm
Informações da Pré-Consulta:		
PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU DE MANAIRA COM CORTE CONTUSO E DOR EM JOELHO DIREITO. APOIS QUEDA E MOTO.		
Medicamentos em Uso:		
FEITO DIPIRONA NO SAMU.		

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assim, em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão existente na mandíbula tenha decorrido do acidente de trânsito**<sup>1</sup>.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo<sup>1</sup>.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente no pé direito, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a referida lesão e o acidente automotor. Perceba que o boletim de primeiro atendimento aponta no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de lesão no PÉ DIREITO à época do acidente, bem como eventual agravamento da lesão no JOELHO DIREITO, capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

**Caso não seja este o entendimento do Douto Magistrado, requer a intimação do ilustre perito para esclarecer a razão pela qual apura lesão no PÉ DIREITO, SE NÃO CONSTA NA DOCUMENTAÇÃO DE PRIMEIRO ATENDIMENTO COMPROVAÇÃO QUE TAL LESÃO DECORREU DO ALEGADO ACIDENTE.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PRINCESA ISABEL, 10 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

